

## INTERVENÇÃO DE ABERTURA 13º CONGRESSO DA USL

**Libério Domingues**  
**Coordenador da USL/CGTP-IN**

Estimados Convidados,

Caras e caros camaradas e amigos congressistas,

Antes do mais, é com enorme satisfação que registamos a presença de um significativo número de convidados em representação de Partidos políticos, autarquias, colectividades, associações, comissões e movimentos de utentes.

Gostaria de destacar a presença do Sr. Embaixador da Palestina e do Representantes da Frente Polisário.

Responderam também ao nosso convite muitos representantes das estruturas sindicais e do MSU, destacando desde logo a presença da nossa grande Central sindical de classe, a CGTP-IN, que saúdo na pessoa da sua Secretária-geral, a camarada Isabel Camarinha que, para além de convidada faz parte integrante da mesa do nosso Congresso; mas também os representantes de Uniões, Federações, Comissões de Trabalhadores.

Saúdo igualmente os ex e actuais dirigentes, delegados e activistas sindicais, bem como ex e actuais trabalhadores do movimento sindical, que aceitaram o nosso convite e dos seus sindicatos para estarem presentes.

Uma saudação com votos de bom trabalho aos trabalhadores sindicais que estão a prestar apoio a este Congresso e aos camaradas delegados em representação dos vários sindicatos que constroem o Movimento Sindical Unitário no nosso distrito.

**A todos e a todas, bem vindos ao 13º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa!**

Este é um Congresso cuja preparação iniciámos em Abril deste ano e em que, para além do necessário cumprimento das normas estatutárias, definimos como objectivo o máximo envolvimento de toda a estrutura.

Em jeito de balanço podemos dizer que esse objectivo foi totalmente atingido:

Criámos grupos de trabalho com a participação de praticamente todos os membros da Direcção, para a elaboração dos documentos e outras tarefas de preparação do Congresso; fizemos dezenas de reuniões com os sindicatos, participando em muitas das próprias reuniões dos seus órgãos; procurámos também que os sindicatos, para além da discussão interna, levassem o Congresso da USL para os locais de trabalho, para o seio dos trabalhadores e a importância deste para o desenvolvimento e reforço da sua luta.

Este é pois um Congresso que, podemos afirmar com segurança, reflecte a realidade do MSU do distrito: não ignora as suas dificuldades e insuficiências, mas também e sobretudo revela as suas enormes potencialidades para o desenvolvimento da acção futura, para o reforço da organização e para a dinamização da acção e luta reivindicativa.

Um Congresso que reflecte a realidade dos locais de trabalho: uma realidade feita de resistência e de luta pela defesa e afirmação dos direitos, de exigência do aumento dos salários contra a precariedade, de confrontação para garantir o cumprimento e respeito pelos horários de trabalho e a melhoria das condições de trabalho, pelo exercício do direito de contratação colectiva, pela afirmação do direito à liberdade sindical nas empresas, serviços e locais de trabalho.

Sim camaradas, é esta a realidade dos locais de trabalho a que temos que dar resposta, para dar mais força à luta organizada dos trabalhadores, contra as inevitabilidades e o conformismo, contra a exploração, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Por isso, este é também um Congresso preparado e realizado em simultâneo com o desenvolvimento da luta, por melhores condições de trabalho e de vida.

A grave situação com que estão confrontados os trabalhadores, os reformados e pensionistas, bem como outras camadas da população, particularmente os jovens, assim o exige.

Camaradas,

Há quatro anos, neste mesmo local, aquando da realização do 12º Congresso, estávamos longe de imaginar as dificuldades, limitações e contingências que viríamos a atravessar.

Estávamos a dar início a um mandato que viria a ter situações que, podemos afirmar sem qualquer sombra de dúvida, estávamos longe de prever (a começar pelo facto de nunca antes as termos vivido), mas às quais, mais uma vez, soubemos dar resposta!

Um mandato, fortemente marcado, no plano nacional e internacional, pela pandemia do Covid-19, com reais impactos na saúde pública, mas que também ficará na história pelos aproveitamentos que dela foram feitos pelo capital e, como não poderia ser de outra forma, pela resistência e pela luta dos trabalhadores, pela defesa do emprego, direitos e salários.

Uma pandemia que deixou bem claro (embora muitos o procurem esquecer) quem são os verdadeiros imprescindíveis no nosso país: os trabalhadores (da higiene urbana à saúde), o Estado nas suas funções sociais e nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde.

Perante a gravidade da situação e, ao contrário do capital, sem a protecção do Governo que se impunha, foram os trabalhadores que assumiram, mesmo em situação de risco, o combate à epidemia e o funcionamento dos sectores fundamentais para o País.

À resposta necessária, quer no plano da prevenção da saúde pública, quer no plano clínico, somaram-se as exigências para enfrentar as consequências ao nível da actividade económica, da redução da produção e dos problemas sociais a elas associados (avolumados pelo aproveitamento do grande patronato para, a pretexto da epidemia, aumentar a exploração, liquidar direitos, aumentar os lucros e a concentração e centralização da riqueza).

Milhares de trabalhadores ficaram em confinamento, o teletrabalho ganhou um fôlego que nunca tinha tido até aqui e a situação sócio económica no distrito foi marcada por milhares de despedimentos, cortes nos salários, pela arbitrariedade nos horários e condições de trabalho, pela liquidação da actividade de milhares de micro, pequenas e médias empresas, empurrando milhares de trabalhadores para uma situação de pobreza, particularmente grave no distrito.

Não fechámos as portas! Nos momentos difíceis para os trabalhadores e para as populações, a USL, os sindicatos e toda a estrutura de dirigentes, delegados, activistas e trabalhadores sindicais, estivemos sempre ao seu lado e presentes nos locais de trabalho ou na rua, ultrapassando todas as barreiras que nos tentaram impor.

Nós estivemos sempre lá! Onde eles não queriam que nós estivéssemos, junto dos trabalhadores!

Encontrámos sempre a forma de chegar ao contacto directo, de organizar e dinamizar a acção e luta reivindicativa, traduzida na realização de muitas e diversificadas acções, em todos os sectores e ramos de actividade, com formas e expressões diferenciadas como sejam: plenários dentro ou à porta dos locais de trabalho; greves; manifestações; desfiles; tribunas públicas, concentrações e outras

iniciativas. Quer em torno das questões concretas nos locais de trabalho, empresas e serviços, quer para exigir respostas aos problemas dos trabalhadores e do país, sendo extraordinária a disponibilidade e adesão dos trabalhadores para a luta.

A vontade e a pressão efectiva para que este fosse um momento para minar a acção colectiva impôs-se, mas fizemos frente e não deixámos que tal acontecesse.

Tentaram confinar os direitos e a luta, mas não conseguiram, camaradas!

No 25 de Abril assinalámos a luta pela liberdade e democracia e no 1º de Maio não abdicámos da rua! Mostrámos que era possível através da acção colectiva defender direitos e a Constituição de Abril.

O 1º de Maio de 2020, ficará na história do movimento sindical e da CGTP-IN como um enorme testemunho da sua capacidade de resistência, de ultrapassar de dificuldades, de nunca abdicar da luta em defesa dos trabalhadores! Esta é a nossa marca!

Camaradas,

Podemos e devemos afirmar, com satisfação, que a USL e os sindicatos do Distrito corresponderam aos mais diversos níveis da sua acção e intervenção, para reforçar e alargar o esclarecimento, a organização e mobilização dos trabalhadores para a luta que foi uma constante neste últimos quatro anos.

E foi um caudal de grandes ou pequenas lutas com enorme significado e intensidade, revelando por um lado, os problemas existentes mas também a capacidade de resposta dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

Camaradas e amigos,

Costuma dizer-se que, “Depois da Tempestade vem a Bonança”, mas neste caso, “Depois da Tempestade veio mais Tempestade”.

**Na situação internacional**, as primeiras palavras têm que referir a gravíssima situação que se vive na Palestina, reafirmar a exigência do fim imediato dos ataques israelitas na Faixa de Gaza que configuram um verdadeiro e atroz genocídio, e expressar a nossa total solidariedade com o povo e os trabalhadores palestinianos.

É preciso e urgente um cessar-fogo imediato, restabelecer o abastecimento de água, alimentos, energia e combustíveis e permitir a entrada urgente da ajuda humanitária.

É preciso alcançar a paz, que só é possível com o fim da ocupação, dos colonatos, da opressão e repressão israelitas e com a garantia dos direitos nacionais do povo palestino, como estipulam inúmeras resoluções da ONU.

É totalmente condenável a postura de profunda hipocrisia dos EUA, da União Europeia e de vários governos europeus incluindo o português que com o discurso do “direito de resposta de Israel” alimentam o conflito e dão cobertura a crimes de guerra.

Camaradas,

O caso da Palestina é bem o exemplo do que tem sido a evolução da situação internacional e o aprofundamento da ofensiva do imperialismo liderada pelos EUA, da política de confrontação e guerra que este promove e transporta, articulada e suportada por uma brutal e manipuladora investida ideológica.

É neste contexto que, no último ano, assistimos ao preocupante agravamento da situação na Europa e da guerra na Ucrânia. Uma guerra que é condenável e não devia ter acontecido, que vai muito para além do conflito entre dois países.

Ela é de facto, uma guerra dos EUA e da NATO com a Rússia, no quadro da estratégia de hegemonização do imperialismo norte-americano, em que a Ucrânia e o poder ali instalado são usados como instrumento dessa perigosa acção belicista.

A União Europeia, presa no seu labirinto, integrou-se e integra-se activamente na política de confrontação e de instigação da guerra promovida, desde há anos, pelos EUA e pelo seu braço armado a NATO.

O arrastar da situação de guerra na Ucrânia, em que a UE parece apostada fechando as portas a qualquer perspectiva de soluções políticas para o conflito, tenderá a tornar mais visíveis e a agravar as contradições existentes.

Os impactos na actividade económica geral, na vida dos trabalhadores e das suas famílias, pelos bloqueios impostos e pelas políticas vigentes na generalidade dos Países, estão a ser brutais, impondo uma redistribuição do rendimento nacional, em favor do capital e em desfavor do trabalho.

Uma realidade a que está associada uma brutal acção especulativa que atravessa os mais diversos sectores, do financeiro ao energético, do farmacêutico ao agro-alimentar, da grande distribuição ao do armamento e cujas consequências sociais se expressam num novo e desmedido salto do crescimento da pobreza extrema no mundo, a que o nosso País e o nosso Distrito não são imunes.

Camaradas,

O Governo de maioria absoluta do PS, resultante das eleições legislativas antecipadas em Janeiro do ano passado, não deixa saudades!

Muito cedo deixou clara a intenção de manter as suas opções de classe, em que prevalecem as “contas certas”, em contraponto ao galopante empobrecimento dos trabalhadores, aos limitados e insuficientes orçamentos dos serviços públicos e a uma desigualdade que aumentou ao sabor dos lucros acumulados pelos detentores dos grandes grupos económicos e financeiros.

Uma política bafienta, que se demitiu perante a necessidade de uma cabal resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações e que apresentou medidas marcadas por serem pontuais, desarticuladas, muitas de pendor caritativo e de propaganda enganosa.

O Governo foi, pois, incapaz de romper, como se impunha, com a subordinação aos interesses do grande capital e a submissão às imposições da União Europeia, mantendo os problemas estruturais do país e o agravamento da exploração, injustiças e desigualdades:

O modelo de baixos salários e precariedade continuou a ser dominante.

Neste quatro anos, o crescimento do emprego no distrito de Lisboa assentou no emprego por conta própria (no crescimento dos falsos trabalhadores independentes, falsos empreendedores, muitos deles nas plataformas digitais, e que a única diferença que têm face aos restantes trabalhadores é a sua ainda maior sujeição à exploração pelo facto de não serem reconhecido os seu efectivo vínculo de trabalho) e no crescimento dos contratos precários (em apenas um ano, mais 41.400 trabalhadores com vínculo precário no distrito).

Com o continuado aumento dos preços dos bens e serviços essenciais, os salários e pensões perderam ainda mais poder de compra e não acompanharam estas subidas.

A terrível crise na habitação, atinge quer o arrendamento, quer a habitação própria através da subida das taxas de juro e a especulação imobiliária atingiu níveis gravíssimos na cidade e na região de Lisboa.

As dificuldades no acesso à saúde, com o fecho de urgências e outros serviços e a falta de médicos de família agravaram-se. Bem como os problemas na educação, com a degradação das condições de trabalho dos professores e outros profissionais da educação.

O desemprego aumentou, e Lisboa tem neste momento uma taxa de desemprego superior à do país.

Os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os jovens e as suas famílias, viram agravadas as suas condições de vida e são cada vez mais os que caem em situação de pobreza. Lisboa tem a segunda maior taxa de pobreza regional no país e um em cada 10 trabalhadores vive em risco de pobreza.

No entanto, apesar das dificuldades dos trabalhadores e da população, o capital manteve intactos os seus interesses, aumentando os seus lucros para números escandalosos!

E, também no entanto, apesar das dificuldades dos trabalhadores e da população, acumularam-se excedentes orçamentais. Ou seja, perante a existência de recursos capazes de responder aos problemas do País, o governo assumiu outras opções, bem visíveis na proposta de Orçamento de Estado para 2024 e que servem os mesmos interesses de classe, ou seja: limitar salários e pensões; restringir a despesa e o investimento públicos; disponibilizar recursos e garantir privilégios ao grande capital. Este é pois, um Orçamento que não serve os trabalhadores e o País.

Camaradas,

O tempo que temos pela frente é de acção e muita luta. É um tempo de exigência de mudança de rumo!

Independentemente da actual situação política, a cujos desenvolvimentos naturalmente estamos muito atentos, existe um caminho e calendário político que resulta das decisões tomadas pelo Presidente da República, nomeadamente: um governo em funções; uma proposta de orçamento de Estado com votação final no próximo dia 29 de Novembro; Eleições Legislativas convocadas para 10 de Março de 2024.

É neste quadro, e porque o nosso compromisso é com os trabalhadores que, sem hesitações (antes com toda a firmeza, determinação e confiança), assumimos o desenvolvimento e intensificação da sua luta, nas empresas, nos serviços, nos locais de trabalho e na rua, em torno das suas justas reivindicações, no que diz respeito, aos salários, às pensões, à saúde, à educação e à habitação.

E nesse sentido, tendo presente a renovação constante desse compromisso, creio que os principais objectivos e linhas de acção que constam da proposta de Programa de Acção aqui em discussão, correspondem por inteiro ao lema deste Congresso: “Mais Força, Acção e Luta! com os Trabalhadores Construir o Futuro!, considerando-se fundamental:

## **Reforçar a união, dar mais força aos sindicatos, mais ligação aos locais de trabalho.**

A Força da USL/CGTP-IN, é a Força dos seus Sindicatos, da sua capacidade de direcção, organização, intervenção e iniciativa, da disponibilidade e militância dos seus quadros e activistas e, sobretudo, da sua capacidade de construir a unidade, a organização, a acção e luta reivindicativa em movimento nos locais de trabalho.

Por isso, uma maior e mais presente ligação aos sindicatos do Distrito, será uma das linhas prioritárias da acção da USL para o próximo mandato.

**A Acção no Local de Trabalho** está na raiz do movimento sindical de massas que somos. É no contacto directo com os trabalhadores que combatemos a ofensiva ideológica, desmontamos preconceitos, preparamos e alavancamos a resposta necessária.

**Descentralizar a acção sindical**, é uma linha de trabalho estratégica que a USL vai continuar a desenvolver, pelo que, é essencial levar à prática as conclusões do Encontro sobre a Descentralização Sindical no Distrito de Lisboa realizado em 30 de Novembro de 2022.

A intervenção conjugada, com a utilização comum de instalações, meios e serviços, a par de constituírem importantes pontos de apoio à acção sindical de cada sindicato, podem e devem, ainda, ser espaços da dinamização da cooperação, articulação e solidariedade intersectorial.

**Promover a acção sindical Integrada**, o desenvolvimento e alargamento da sua prática, é um dos principais objectivos do trabalho no que respeita ao reforço da organização sindical colocando-se como essencial: a elaboração de planos de trabalho que devem incluir o contacto regular com os trabalhadores, a realização de plenários, os objectivos de sindicalização e análise da realidade vivida nos locais de trabalho, a intervenção a fazer, a acção e luta reivindicativa a desenvolver.

**Afirmar o sindicalismo de classe protagonizado pela CGTP-IN.** Assumindo a validade do seu projecto transformador, alicerçado nos seus princípios, objectivos programáticos, normas estatutárias e prática de acção, a CGTP-IN constitui-se como um projecto sindical de defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, portadora dos valores e conquistas de Abril, essenciais nos tempos que vivemos.

CGTP-IN, que vai ter o seu 14º Congresso nos dias 23 e 24 de Fevereiro do próximo ano, no Seixal, sob o lema “com os trabalhadores, organização, unidade e luta!”, o que desde já nos coloca a importante tarefa de prepararmos uma grande participação do MSU do distrito para que este tenha a dimensão de um Congresso de massas, que reflita a unidades e a luta dos trabalhadores.



**Dar mais força à luta dos trabalhadores** é determinante para resistir e ultrapassar as dificuldades e obstáculos, pelo que é essencial afirmar a liberdade sindical e o exercício dos direitos sindicais na sua plenitude, defendendo os direitos dos trabalhadores e promovendo a continuação da luta em torno das suas reivindicações, levando o mais longe possível a exigência do aumento de todos os salários, seja no imediato para responder à enorme perda do poder de compra, seja na construção das reivindicações para o futuro.

Camaradas,

Construímos este 13º Congresso da USL, com a certeza de que este vai constituir um importante momento de análise, reflexão e avaliação colectiva da acção sindical desenvolvida no Distrito de Lisboa.

Mas, sobretudo, com o objectivo de que seja um congresso virado para o futuro, que aprofunde temas prioritários, que responda aos novos desafios que se colocam aos mais diversos níveis da organização e relações de trabalho, que avance reivindicações que respondam aos problemas dos trabalhadores, do País e da região de Lisboa.

Um congresso que seja, em si mesmo e nas suas conclusões e orientações, um ponto alto da intervenção, da unidade e da luta realizada e a prosseguir!

Bons trabalhos, camaradas!

VIVA O 13º CONGRESSO

VIVA A UNIÃO DE SINDICATOS DE LISBOA

VIVA A CGTP-IN

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES